

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.363 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 2001

Senadores debatem retaliação ao terrorismo

Requerimento para que o governo brasileiro manifeste posição contrária a atos de retaliação aos atentados terroristas gera polêmica em Plenário e será examinado pela CRE.

PÁGINA 8



Em discurso pronunciado ontem no Plenário, Jader Barbalho renunciou à Presidência do Senado. Segundo ele, as acusações que vem recebendo são desprovidas de comprovação e tem o objetivo de atingir também seu partido, o PMDB, enfraquecendo-o para as eleições de 2002

Jader renuncia e Senado deve eleger hoje novo presidente

Senador paraense diz que está sendo vítima de perseguição política e rebate acusações do relatório apresentado ao Conselho de Ética. Presidente interino, Edison Lobão, marca a eleição para as 17h

PÁGINA 3

DEFESA NACIONAL

Quintão diz que edital prevê transferência de tecnologia

PÁGINA 4

CAE

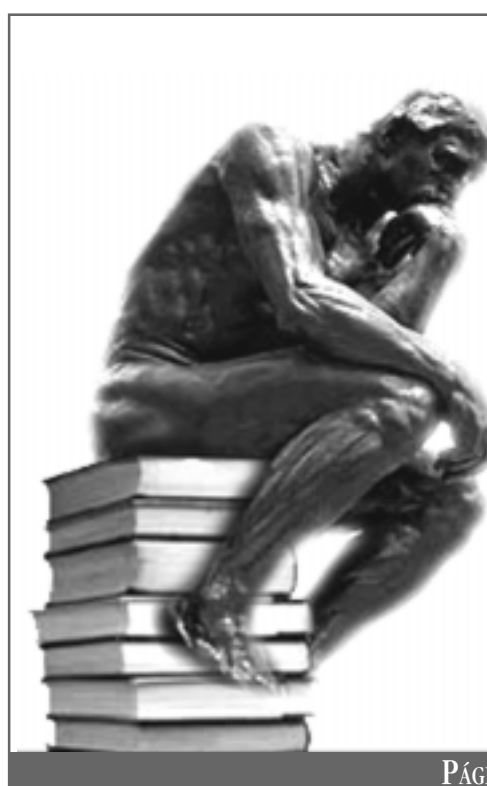
Indenização para reforma agrária pode ter nova regra

PÁGINA 5

EDUCAÇÃO

Aprovada língua de sinais em mensagens na TV

PÁGINA 6



Filosofia e Sociologia serão obrigatórias no ensino médio

O Plenário aprovou ontem projeto que inclui Filosofia e Sociologia entre as disciplinas obrigatórias do currículo do ensino médio. Para Álvaro Dias, relator da proposta, as duas matérias são fundamentais para a construção da cidadania e da democracia. O projeto vai agora à sanção.

PÁGINA 6



Carlos Bezerra

Comissão de Orçamento escolhe sub-relatores

Presidente da CMO, Carlos Bezerra, elogia o trabalho do relator, deputado Santos Filho, na análise do Plano Plurianual.

PÁGINA 7

Plenário vota mudanças na Lei das Sociedades Anônimas

PÁGINA 2

Senado pode votar hoje mudanças na Lei das S.A.

Se for aprovado, projeto que reforma a legislação disciplinando o mercado de capitais vai à sanção presidencial

A Lei das Sociedades Anônimas e a lei que instituiu a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) poderão ser modificadas hoje, caso o Senado aprove projeto oriundo da Câmara destinado a reformar a legislação que disciplina o mercado de capitais. Se for aprovado, o texto vai à sanção presidencial.

As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram pareceres favoráveis

ao projeto, entendendo que as mudanças criam condições para que a CVM seja uma verdadeira agência reguladora do mercado de ações.

Também hoje o Senado realiza o segundo dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que torna o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste permanentes na estru-

tura jurídica brasileira.

Na mesma sessão e a requerimento do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), a hora do expediente será destinada a homenagear o Círio de Nazaré.



Senado homenageia Nossa Senhora de Nazaré

Comissão discute cinco propostas que tratam da reforma político-eleitoral

A reforma político-eleitoral volta a ser discutida hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir das 10h. Dos 24 itens da pauta da reunião, cinco tratam do assunto, a exemplo de projeto de lei complementar do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que pretende tornar inelegível o candidato cuja prestação de contas da campanha for rejeitada pela Justiça Eleitoral.

A alteração proposta à Lei das Inelegibilidades prevê a punição já na eleição na qual o candidato tenha sido diplomado, privando-o ainda de participar dos pleitos dos três anos seguintes. A matéria conta com parecer favorável do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que encara a medida como uma exigência "necessária para evitar a consecução de fraudes e ilicitudes perpetradas por aqueles que almejam sair vitoriosos nas urnas por meios obscuros".

Também recebeu parecer pela aprovação proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Tião Viana (PT-AC) que determi-



Tião Viana propõe fim do voto secreto nas deliberações sobre perda de mandato

na o fim do voto secreto nas deliberações do Congresso Nacional sobre a perda de mandato de deputado federal e senador. Em substitutivo oferecido à PEC, o relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), amplia o alcance da iniciativa, proibindo a votação secreta em qualquer matéria apreciada pelo Congresso, embora admita o caráter sigiloso da fase de discussão em alguns casos.

Outra proposta de cunho eleitoral a ser examinada pela CCJ foi apresentada pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) e destina-

se a aumentar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico. Projeto da Câmara que modifica o número de candidatos às eleições, com parecer favorável do relator, senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), também deve ser debatido pela comissão. Da pauta da reunião de hoje consta ainda projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que proíbe a prática da boca-de-urna.

A CCJ deve pronunciar-se também sobre substitutivo da Câmara a projeto do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) que fixa diretrizes para a conservação de energia; sobre PEC do senador Edison Lobão (PFL-MA) que institui o Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos e atrela sua receita a investimentos em obras no sistema viário nacional e na preservação do meio ambiente; e projeto do senador Ronaldo Cunha Lima (sem partido-PB) que autoriza os municípios a formarem consórcios para implementar política comum de desenvolvimento.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 2001

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: destinada a homenagear o Círio de Nossa Senhora de Nazaré.

Pauta: projeto que modifica a Lei das Sociedades por Ações; mensagem que submete à deliberação do Senado a escolha do nome de José Viegas Filho para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer a de embaixador do Brasil junto às Repúblicas da Belarus, Casquistão e da Geórgia; mensagem que submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Fausto Orlando Campello Coelho para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República da Costa do Marfim; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; projeto que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação; entre outros.

17h — Sessão extraordinária do Senado

Pauta: eleição do presidente

18h30 — Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: diversas medidas provisórias. Plenário da Câmara dos Deputados

COMISSÕES

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: 24 itens, incluindo cinco itens que tratam da reforma político-eleitoral, a exemplo de projeto de lei complementar do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que pretende tornar inelegível o candidato cuja prestação de contas da campanha for rejeitada pela Justiça Eleitoral. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

14h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: 8 itens, incluindo projeto que regulamenta a profissão de treinador de goleiros de futebol e projeto que dispõe sobre as atividades do médico residente. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

15h — Subcomissão de Turismo

Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

18h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: apreciação de diversos Avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em vários órgãos públicos. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

ESPECIAL

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Spot, Um Cão da Pesada*, de John Whitesell. *Auditório Petrônio Portella*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da emenda constitucional que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; decretos legislativos aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e requerimento que solicita a criação de comissão temporária para conhecer, discutir e consolidar a legislação vigente sobre os direitos e vantagens dos idosos, com o objetivo de elaborar proposição legislativa que disponha sobre o Estatuto do Idoso.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÃO

Quinta-feira

10h — Reunião conjunta com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle do Senado e de Finanças e Tributação, de Economia, Indústria e Comércio e de Fiscalização e Controle, da Câmara dos Deputados

Pauta: exposição do presidente do Banco Central, Arminio Fraga, em cumprimento ao disposto no artigo 9º, parágrafo 5º, da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). *Plenário nº 5 — Anexo II da Câmara dos Deputados*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Jader Barbalho renuncia à Presidência do Senado

Em discurso no Plenário, senador rebate acusações do relatório apresentado ao Conselho de Ética e denúncias da imprensa, declarando-se vítima de vingança política. “Era necessário destruir-me e, por consequência, atingir o PMDB”, afirma

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) renunciou ontem à Presidência do Senado, para a qual fora eleito em fevereiro deste ano, dizendo-se vítima de vingança política decorrente das disputas em que se envolveu com o ex-senador Antonio Carlos Magalhães. Jader considerou desprovidas de comprovação as denúncias a seu respeito que vêm sendo publicadas pela imprensa, e salientou que sua renúncia foi precedida de acordo político que garante ao PMDB continuar ocupando o cargo.

— A partir do momento em que enfrentei na tribuna o político considerado à época como maior força política pessoal do Brasil, desencadeou-se sobre mim uma enxurrada de acusações infamantes, nunca comprovadas, mas repetidas à exaustão pelos meios de comunicação — afirmou.

Jader rebateu as acusações de quebra de decoro constantes do relatório dos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM), que será votado amanhã pelo Conselho de Ética do Senado. De acordo com o relatório, Jader teria mentido ao afirmar não



Jader Barbalho fez discurso em Plenário para formalizar a renúncia e foi cumprimentado ao final



ter sido beneficiário de recursos desviados do Banpará. Além disso, é acusado de cometer abuso de prerrogativa, porque teria retardado a tramitação de requerimento que solicitava o envio ao Senado do relatório do Banco Central sobre o caso Banpará.

— Disse e repito: não usei nenhum recurso do Banpará em minhas contas pessoais e em minha movimentação financeira, há 17 anos — declarou.

O ex-presidente do Senado discordou da tese de que sua declaração de que não fora beneficiá-

rio dos recursos desviados poderia constituir quebra de decoro. Segundo Jader, não há como acusá-lo de ter mentido, se o caso não foi ainda objeto de decisão judicial.

— Como afirmar que estou a mentir, quando nego a incriminação que pretendem me atribuir? Minha concordância com as acusações consistiria no adequado comportamento de decoro parlamentar? Talvez, no meu caso, para livrar-me da acusação de faltar com a verdade e infringir o Código de Ética, eu também deva

concordar com as acusações que me atribuem — questionou. “Ao proclamar a minha inocência, não fui além do direito que a Constituição assegura a qualquer brasileiro, a quem se garante até o silêncio”, acrescentou.

Jader também refutou as acusações de que teria atrasado as investigações sobre o caso Banpará. Ele disse que enviou ofício ao Banco Central em 6 de março requerendo imediata remessa dos documentos sobre o caso. Além disso, salientou ter oferecido espontaneamente ao Senado os ex-

tratos de suas contas entre 1984 e 1988. Outra comprovação de sua disposição em ver os fatos apurados seria o requerimento para que fossem feitas investigações pelo Ministério Público do Pará. O afastamento por 60 dias da Presidência do Senado também seria uma prova do interesse em uma apuração isenta.

— Solicitei, em medida inusitada, licença de 60 dias da Presidência do Senado, para que as acusações pudessem ser apuradas sem que me fosse imputado tentar influenciar ou obstruir procedimentos apuratórios — disse Jader.

Na avaliação de Jader, as acusações contra ele têm um outro alvo: seu partido, o PMDB, com o objetivo de enfraquecer a agremiação às vésperas das eleições de 2002. “Minha eleição para a Presidência do Senado colocou a mim e ao meu partido em posição fundamental no jogo do poder, particularmente com vistas à sucessão presidencial. Estávamos inconvenientemente fortalecidos, e era necessário destruir-me e, por consequência, atingir o PMDB”, observou.

Lobão marca para hoje eleição do novo presidente

O presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), convocou a realização de sessão extraordinária hoje, às 17h, destinada exclusivamente à eleição do novo presidente da Casa. A sessão foi marcada por Lobão logo após o discurso de renúncia à Presidência do Senado feito da tribuna pelo senador Jader Barbalho.

O mandato do novo presidente não será de dois anos, pois ele completará o período para o qual Jader foi eleito, até fevereiro de 2003, quando terminam a atual legislatura e os mandatos dos demais integrantes da Mesa. A eleição prevista para hoje será secreta, em cédula em que constarão apenas os nomes dos candidatos à Presidência. Os outros integrantes da Mesa, eleitos em fevereiro, permanecem nos respectivos cargos.

O novo presidente será eleito pela maioria dos votos dos senadores presentes. É necessário, no entanto, que a maioria da composição do



Lobão marcou ontem mesmo, logo após o discurso de Jader, a sessão que elegerá o presidente

Senado vote, ou seja, é preciso o voto de pelo menos 41 senadores.

A bancada do PMDB no Senado reúne-se hoje, às 11h, para definir quem será o candidato do partido à Presidência da Casa. A tradição do Senado é de que o partido com a maior bancada, atualmente o PMDB, ocupe o cargo.

Nabor Júnior vai pedir ao Conselho de Ética arquivamento de relatório

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) comunicou na tarde de ontem que irá apresentar um voto em separado divergente das conclusões do relatório que recomenda a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra o senador Jader Barbalho (PMDB-PA).

A entrega do voto de Nabor Júnior acontecerá na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar marcada para amanhã. Caso seja aprovado o voto em separado, o relatório será arquivado; ao contrário, se aprovado o relatório, o voto em separado é que será desconsiderado.

— Não vou solicitar mais investigações, pois estou há cinco dias com o relatório elaborado pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM) e minha conclusão é que não existem provas que possam incriminar o senador Jader Bar-

balho. As acusações contra ele são infundadas e vou mostrar com documentos do Banco Central e do Banco Itaú que Jader não foi beneficiado pelos desvios no Banpará — disse Nabor.

O presidente do conselho, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), assegurou que a reunião de amanhã começará cedo — às 9h — para que os senadores possam votar o relatório ou relatórios sobre Jader.

Já os autores do relatório que pede a abertura de processo contra Jader, Romeu Tuma e Jefferson Péres, manifestaram convicção de que a renúncia do



Nabor diz que não existem provas que incriminem Jader

senador do cargo de presidente da Casa irá facilitar o andamento dos trabalhos do conselho.

— Foi uma decisão pessoal de Jader que não cabe comentar, mas a verdade é que essa situação tem angustiado o Senado e existe o desejo de completar a votação desse caso — afirmou Tuma.

Melhoria de condições profissionais

Entre as oito matérias constantes da pauta da reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), marcada para as 14h de hoje, destacam-se cinco projetos voltados para as melhorias das condições profissionais dos comerciantes autônomos, goleiros, cerimonialistas, pescadores sazonais e médicos residentes. Para as três primeiras categorias, estão em exame propostas de regulamentação das profissões e, para os pescadores sazonais, o pagamento do seguro-desemprego nas épocas em que a pesca é proibida.

Os médicos residentes poderão ter maior oferta de vagas se for aprovado, em turno suplementar, substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que pretende redirecionar esses profissionais para as regiões onde ocorre déficit de atendimento médico, como o Norte e o Nordeste. Lúcio Alcântara propõe, como solução, que os programas instituídos pelo Ministério da Saúde destinados ao atendimento de populações carentes sejam considerados como residência médica.

Outro projeto da pauta da CAS prevê a alteração na legislação específica da área de saúde com o fim de determinar que alguns tipos de medicamentos sejam vendidos a granel (com quantidade contada ou pesada no momento da compra), conforme a prescrição médica. O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou substitutivo, sugerindo que, além de comprimidos, cápsulas e ampolas, também as pílulas, os supositórios, as drágeas e os tabletes possam ser comercializados pelas farmácias nessa modalidade.

A questão dos depósitos de rejeitos radioativos deverá ser debatida na mesma reunião. Substitutivo da Câmara a projeto de lei do então senador Itamar Franco que trata do assunto recebeu voto em separado do senador Romero Jucá (PSDB-RR), que havia solicitado vista da matéria. O projeto dispõe sobre as condições para seleção dos locais onde será colocado o lixo atômico, abordando aspectos como construção, licenciamento, operação, fiscalização, custos, remuneração, responsabilidade civil e garantias dos depósitos.

Quintão: compra de aviões prevê a transferência de tecnologia

Ministro prestou esclarecimentos ontem à CRE sobre a licitação destinada a reequipar a Força Aérea Brasileira com novas aeronaves

O ministro da Defesa, Geraldo Quintão, explicou ontem, durante audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), como está sendo conduzida a licitação internacional destinada à compra de aeronaves para a Força Aérea Brasileira. Segundo o ministro, uma vez escolhido o fornecedor, o contrato de compra terá cláusulas de compensação obrigatórias que garantam a transferência de tecnologia, suporte técnico e treinamento de alto nível, principalmente em relação aos softwares utilizados nas aeronaves. Quintão disse ainda que a Aeronáutica tem interesse na participação de empresas brasileiras e que todo o processo tem como principal característica a transparência.

O ministro participou da audiência juntamente com os comandantes do Exército, general-de-exército Gleuber Vieira; da Aeronáutica, brigadeiro-do-ar Carlos Almeida Baptista; e da Marinha, almirante-de-esquadra Sérgio Gitirana Florêncio Chagasteles. A audiência foi requerida pelos senadores Jefferson Péres (PDT-AM), presidente da CRE, Bernardo Cabral (PFL-AM), Emilia Fernandes (PT-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS). Os senadores pediram esclarecimentos sobre licitação internacional realizada para reaparelhar a Força Aérea Brasileira (FAB).

Quintão também falou sobre a missão desenvolvida pelos pelotões de fronteira, que vai muito além da simples defesa territorial, como apoio às eleições, campanhas de vacinação, alfabetização e atendimento em hospitais móveis.

Quintão também falou sobre a missão desenvolvida pelos pelotões de fronteira, que vai muito além da simples defesa territorial, como apoio às eleições, campanhas de vacinação, alfabetização e atendimento em hospitais móveis.

Quintão também falou sobre a missão desenvolvida pelos pelotões de fronteira, que vai muito além da simples defesa territorial, como apoio às eleições, campanhas de vacinação, alfabetização e atendimento em hospitais móveis.



Audiência pública foi requerida, entre outros, pelo senador Jefferson Péres (centro), presidente da comissão



Roberto Requião preside a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Comissão do Mercosul aprova acordos

Os integrantes da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), aprovaram na noite de ontem uma pauta com oito itens. Entre eles, foi acolhido relatório do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) favorável a um acordo entre os países membros do Mercosul, com relação ao setor de prestação de serviços. Constam do acordo internacional regulamentações, compromissos de aberturas de setores específicos e limitação imposta ao acesso ao mercado.

Parecer da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), favorável ao acordo entre o Brasil e o Paraguai para a conservação da fauna aquática no curso do rio Paraguai, com a recomendação que atos semelhantes sejam assinados com os outros países da região, foi aprovado. O deputado Celso Russomanno (PPB-SP) teve aprovado seu parecer favorável sobre o tratado de transferência de pessoas condenadas e de menores sob tratamento especial, entre o Brasil e o Paraguai. O deputado explicou que o preso condenado em um dos países poderá cumprir pena em seu país de nascimento.

Foi aprovado ainda parecer do deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS) favorável a mensagem do presidente da República determinando a construção de uma segunda ponte ligando Jaguarão, no Rio Grande do Sul, a Rio Branco, no Uruguai. A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) elogiou a iniciativa, que facilitará o tráfego entre os dois países. Também foi aprovado relatório de Marchezan relativo a acordo de transporte aéreo aumentando o número de vôos entre o Brasil e o Chile.

CPI pede ajuda à Justiça para garantir a presença de vice-presidente do Vasco

A CPI do Futebol vai encaminhar ao Judiciário pedido de força policial para que o vice-presidente administrativo do Clube de Regatas Vasco da Gama, Mário Cupello, deponha, de forma coercitiva, perante a comissão que investiga denúncias de irregularidades no futebol brasileiro. Caso ele não atenda à decisão judicial, poderá ser preso, conforme determina a legislação em vigor.

A decisão foi tomada pelo presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), pelo fato de Cupello não ter comparecido à comissão para prestar esclarecimentos sobre sonegação fiscal e evasão de divisas, supostamente patrocinadas por dirigentes vascaínos.

O depoimento estava marcado para a manhã de ontem. Álvaro informou que Cupello sequer justificou a ausência.

O presidente da CPI informou que Mário Cupello, que já depôs na comissão, foi reconvoado em virtude do prosseguimento das investigações e do surgimento de novos documentos que compro-

metem a veracidade das informações dadas por ele à CPI. Álvaro Dias está certo de que a recusa de Cupello em depor faz parte de uma estratégia montada pelo presidente do Vasco, deputado Eurico Miranda, para tentar encobrir o que chamou de falcaturras existentes no clube carioca.

Por sua vez, o relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), informou que a comissão tem prazo até o dia 15 de dezembro para colher todos os depoimentos necessários, incluindo os do deputado Eurico Miranda e de Mário Cupello.

NOVOS DEPOIMENTOS

A CPI aprovou a convocação do presidente do conselho fiscal do Vasco, Geraldo Teixeira, e do sócio benemérito e coordenador da

campanha eleitoral de Eurico Miranda em 1998, Lourdemar Lima Vilanova. Foram convocados para depor, ainda, Carlos Alberto Cavalheiro, um dos beneméritos do Vasco, além dos contadores do clube Wanderley Doring e Miguel Vaz.

A comissão parlamentar de inquérito

também decidiu na reunião de ontem reconvoar o presidente do Clube de Regatas do Flamengo, Edmundo Santos Silva. Motivo: em 30 de agosto, em depoimento à CPI, de acordo com Althoff, o dirigente não esclareceu várias questões, além de não ter cumprido promessa de encaminhar à comissão documentos capazes de dirimir dúvidas levantadas durante a reunião, entre as quais os pagamentos efetuados pela aquisição do jogador Petkovic.

Antônio Augusto Dunshee de Abranches, que presidiu o Flamengo de 1981 a 1983, também foi convocado para depor na CPI, bem como o empresário de futebol Reinaldo Menezes de Rocha Pitta.

As datas dos depoimentos serão marcadas ainda esta semana.



Na reunião de ontem, a CPI, presidida por Álvaro Dias e tendo como relator Geraldo Althoff, aprovou novos depoimentos

Indenização para reforma agrária pode mudar

Comissão de Assuntos Econômicos aprova substitutivo de Lúdio Coelho a projeto da Câmara que exclui de pagamento as benfeitorias realizadas com recursos públicos e determina encontro de contas para abater débitos com bancos oficiais

As indenizações a serem pagas pelo governo nas desapropriações de terras com vistas à implementação de programas de reforma agrária não mais poderão levar em conta as benfeitorias realizadas com recursos públicos. Entretanto, se essas benfeitorias tiverem sido bancadas pelo proprietário, com recursos próprios ou de empréstimos contraídos junto a qualquer instituição financeira, tais custos serão levados em conta. Na hora de pagar pela indenização da terra, o governo promoverá, ainda, um encontro de contas com o proprietário da área desapropriada, de modo a abater do valor pago os débitos por este contraídos junto a instituições oficiais.

Isso é o que propõe substitutivo de autoria do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a projeto de lei da Câmara, de autoria do deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Como relator da matéria, ao encaminhar seu substitutivo, o senador Lúdio Coelho acatou emendas dos senadores Osmar Dias (sem partido-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP) e rejeitou emenda proposta pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Ao declarar seu voto em favor do substitutivo, Arlindo Porto (PTB-MG) disse que o atual governo vem desrespeitando os direitos dos proprietários de terras rurais, levando de quatro a cinco anos para pagar as indenizações devidas. E quando paga, comentou, o faz em títulos da dívida agrária (TDAs), segundo ele, "um papel sem valor comercial".

Para o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), o substitutivo aprovado pela CAE vai resolver uma série de casos em todo o país, evitando muitos conflitos entre governo e proprietários. Também em defesa do substitutivo, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) ressaltou que o direito

à propriedade, conforme determina a Constituição, somente deve existir se houver cumprimento da função social da terra – de produzir alimentos e de gerar empregos.

A CAE também aprovou, em sua reunião de ontem, projeto de lei da Câmara, de autoria do deputado Odélmo Leão (PPB-MG), que amplia os objetivos da política agrícola nacional, colocando ao alcance da Lei Agrícola (nº 8.171) itens como a promoção da saúde animal e sanidade vegetal; a verificação da autenticidade de insumos e serviços utilizados na agricultura; o controle de qualidade dos produtos de origem agropecuária, seus derivados e resíduos de valor econômico; as garantias à concorrência legal entre os agentes que atuam na agricultura e a proteção destes em relação a práticas desleais; a melhoria da renda e da qualidade de vida no meio rural; e a proteção contra riscos de doenças e pragas exóticas no país.



Comissão de Assuntos Econômicos também aprovou projeto que amplia os objetivos da política agrícola nacional

CAE aprova troca do índice que atualiza dívidas dos estados

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem emenda de plenário, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), ao projeto de lei do senador Osmar Dias (sem partido-PR) que troca o Índice Geral de Preços – Demanda Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na atualização monetária dos refinanciamentos de débitos contraídos com a União pelos estados e o Distrito Federal.

A emenda oferecida por Bornhausen apenas condiciona a troca do índice à celebração dos respectivos aditivos contratuais, de modo a que ambas as partes – credor e devedores – estejam de acordo com a mudança. O relator da matéria, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), concordou com a modificação proposta, assim como o autor do projeto, Osmar Dias, que ressaltou que o índice escolhido para substituir o

IGP-DI é o mesmo utilizado pelo governo federal na correção dos seus próprios débitos e também para fixar as metas de inflação.

Embora votando favoravelmente à emenda e apoiando o teor do projeto, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) entende que na prática ele fará pouca diferença para os estados, pois, a longo prazo, as métricas dos diferentes índices tendem a convergir para um mesmo patamar.

Em atendimento a solicitação do senador Romero Jucá (PSDB-RR), líder do governo no Senado, o presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), decidiu adiar o exame do projeto de lei de sua autoria que altera a sistemática de cálculo dos rendimentos das cadernetas de poupança.



Osmar Dias propõe troca do IGP-DI pelo IPCA

Bahia quer empréstimo para combater a pobreza rural

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em caráter de urgência, solicitação do governo da Bahia, encaminhada via escritório do Banco Central, para contrair empréstimo no valor de US\$ 54,35 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird/Banco Mundial). A operação obriga a uma contrapartida do estado no valor de US\$ 20,6 milhões. Os recursos serão utilizados no Produzir II – um projeto de combate à pobreza rural no interior do estado, já em implementação, cujos resultados foram analisados e aprovados pelo Bird. A matéria seguirá agora à apreciação do Plenário.

O relator da matéria, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), disse que o governo da Bahia cumpriu, segundo análise do Banco Central, todas as exigências requeridas para fazer jus à operação, apresentando ao Tesouro Nacional inclusive as contragarantias necessárias à obtenção de aval da União.

O estado, segundo o relator, comprovou não estar inadimplente com

a União ou com as entidades controladas pelo poder público federal. Obteve, ainda, parecer do Tesouro Nacional atestando não existirem no empréstimo riscos para a União, uma vez que há previsão do oferecimento de garantias da parte do estado, sob a forma de vinculação das cotas de repartição constitucional das receitas tributárias, complementadas com a garantia de recursos próprios.

Os senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ), Lúdio Coelho (PSDB-MS), Bello Parga (PFL-MA) e José Coelho (PFL-PE) destacaram seu apoio à autorização do empréstimo. O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), embora declarando voto favorável ao empréstimo, aproveitou a oportunidade para criticar a política agrícola do governo, segundo ele, "de completo descaso para com o pequeno agricultor".

O senador Lauro Campos (PDT-DF) criticou a contratação do empréstimo, ressaltando que "o endividamento externo jamais resultou no desenvolvimento de qualquer país".



Moreira Mendes preside a Subcomissão de Turismo

Subcomissão de Turismo debate aviação civil

A Subcomissão de Turismo da Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO), teve parecer aprovado ontem pela CAE em que sugere a realização de audiência pública com os principais dirigentes das companhias de aviação civil do país. Os problemas que atingem o setor serão debatidos no dia 25, em horário a ser definido.

Segundo Moreira Mendes, com essa iniciativa a subcomissão pretende identificar os gargalos que atualmente impedem o bom desempenho das companhias aéreas no país e viabilizar a adoção de medidas que contribuam para superar a crise vivida por esse segmento há vários anos.

A audiência pública, informou Moreira Mendes, deverá contar com a presença de dirigentes da Varig, Transbrasil, TAM, Vasp e Gol, além de autoridades do governo ligadas ao setor aeroviário.



Jonas disse que a Bahia cumpriu exigências para obter empréstimo

Comissão de Fiscalização e Controle examina hoje auditorias do TCU

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) reúne-se hoje, às 18h, para analisar relatórios sobre auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e apreciar requerimentos.

Entre os relatórios do TCU a serem examinados, destaca-se o de auditoria realizada no Programa de Ação na Área de Saúde, que abrange instituições estaduais e federais no estado de Alagoas. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), relator da matéria, solicitou maiores informações ao TCU sobre a auditoria.

Também será examinado relatório da auditoria feita no perímetro de irrigação de Baixo

Irecê, na Bahia, obra sob responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Parecer do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) solicita informações adicionais ao TCU.

Entre os requerimentos, será apreciado pela comissão o de autoria do senador Carlos Wilson (PTB-PE), pedindo fiscalização e controle sobre contrato de financiamento firmado entre a Eletrobrás e a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe). O parecer do relator, senador Wellington Roberto (PMDB-PB), sugere a aprovação do requerimento.

Filosofia e Sociologia serão matérias do ensino médio

Projeto que torna obrigatória a inclusão das duas disciplinas no currículo foi aprovado ontem pelo Senado e agora vai à sanção. O relator, Álvaro Dias, afirmou que elas são fundamentais para a formação da cidadania e da democracia

O Plenário aprovou ontem projeto de lei que inclui Filosofia e Sociologia entre as disciplinas obrigatórias do currículo de ensino médio. A matéria vai agora à sanção presidencial.

Relator do projeto, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) defendeu sua aprovação dizendo que, se o ensino médio deve assegurar ao estudante uma sólida formação cultural vinculada ao contexto social em que se desenvolve, é injustificável a ausência de disciplinas como Filosofia e Sociologia nesse currículo.

Ele sustentou que essas disciplinas são fundamentais para a construção da cidadania e da democracia, pois constituem chaves para a compreensão do desenvolvimento das sociedades e estabelecimento de relações responsáveis do indivíduo com a coletividade.

Conforme Álvaro Dias, o que o Plenário estava debatendo naquele momento era o modelo de escola desejado para o Brasil, que pode



Votação do projeto pelo Plenário, com as galerias ocupadas por estudantes e diplomados em Filosofia e Sociologia, registrou 40 votos favoráveis e 20 contrários

ser retrógrado ou avançado. Ele lastimou a posição daqueles que não desejam mudanças e ensinou que, sem Sociologia e Filosofia, o ensino estará distante dos propósitos anunciados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O mesmo entendimento foi manifestado pelos senadores Paulo Hartung (PPS-ES), Marina Silva (PT-AC), Tião Viana (PT-AC), Ro-

berto Saturnino (PSB-RJ), Emilia Fernandes (PT-RS), Ademir Andrade (PSB-PA), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Arlindo Porto (PTB-MG), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Maguito Vilela (PMDB-GO).

Já o líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), manifestou-se contra o projeto. Ele argumentou que o Brasil não tem professores em número suficiente para essas disciplinas.

Mensagens pela TV poderão adotar língua de sinais

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem voto em separado do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) a projeto da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) que torna obrigatório o uso da língua brasileira de sinais em todas as veiculações em televisão do governo federal. Por ter sido aprovado voto em separado, a matéria, que tramita em caráter terminativo, será submetida a turno suplementar na próxima reunião.

O projeto estabelece que as mensagens dos Poderes da União, as manifestações oficiais de seus membros e suas campanhas institucionais, veiculadas pela televisão, passarão a ser interpretadas na linguagem dos sinais, 90 dias após a aprovação da lei. Os programas de televisão da



Voto em separado ao projeto de Emilia Fernandes, que tramita em caráter terminativo, será submetido a turno suplementar na Comissão de Educação

propaganda eleitoral gratuita, segundo o voto em separado, terão prazo até 1º de janeiro de 2006 para adotarem a linguagem de sinais.

Emilia Fernandes disse que o país tem empreendido esforços com vistas a garantir a cidadania aos segmentos excluídos, parti-

cularmente os portadores de deficiência. O principal obstáculo ao acesso dos portadores de deficiência auditiva ao mais importante meio de comunicação do país pode ser inteiramente superado pela interpretação por meio da linguagem dos sinais, argumentou a senadora.

Adiada decisão sobre programas locais

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu ao presidente da Comissão de Educação, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), mais prazo para apresentar seu parecer sobre projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que obriga emissoras de rádio e televisão a expandirem a programação local.

O projeto, que modifica o Cód-

igo Brasileiro de Telecomunicações, estabelece que 50% da programação das emissoras de rádio transmitida entre 6h e 18h, e das emissoras de TV transmitida entre 18h e 22h será produzida localmente e voltada para a cultura regional.

Maldaner informou que tem recebido ponderações de diversos segmentos da sociedade, e por isso gostaria de ter mais alguns dias

para concluir seu parecer.

O presidente da CE disse que, tendo em vista as razões do relator, o projeto retornará à pauta na próxima semana.

Antero Paes de Barros, autor da proposição, ressaltou que seu objetivo "é garantir um mínimo de defesa contra a completa pasteurização dos gostos e dos costumes populares".

Ricardo Santos quer encontro entre ministro e professores grevistas

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES), presidente da Comissão de Educação (CE), disse ontem que espera marcar, até esta sexta-feira, audiência com o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para solicitar um encontro deste com os representantes de 52 universidades federais em greve.

Santos lembrou que, no último dia 12, juntamente com os senadores Geraldo Cândido (PT-RJ) e Emilia Fernandes (PT-RS), recebeu os representantes da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), os quais solicitaram sua ajuda para abrir um canal de

nistros deverão esclarecer os senadores sobre as adaptações a serem feitas no Plano Decenal de Educação em função das alterações introduzidas no Orçamento da União após o último acordo com o FMI.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou que a greve dos professores, funcionários e alunos das instituições federais de ensino superior e a concessão de canal para a Rede TV! (ex-Rede Manchete), em tramitação no Senado, também constem da audiência pública com o ministro da Educação.

Ricardo Santos e

os demais membros da CE receberam convite do ministro de Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, para que participem da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovações, organizada pelo ministério e pela Academia Brasileira de Ciências, a realizar-se em Brasília, de 18 a 21 de setembro. Conforme o convite, a conferência é uma ampla forma de consulta à sociedade com vistas à formulação de um conjunto de diretrizes estratégicas para o setor na próxima década.



Santos espera marcar audiência até a próxima sexta-feira

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

1h - *Cidadania* - Os deputados Johny Peralta, do Peru, e Juan Manoel Urubey, da Argentina, falam sobre a agenda dos jovens parlamentares
2h - *Saúde/Unip* - Tiróide
2h30 - *Jornal do Senado* - O resumo das atividades do Senado
3h - *As Cores do Brasil* - Fortes do Recife
3h30 - *Entrevista* - A presidente do Parlatino, Beatriz Paredes, fala sobre a integração latino-americana e o Parlatino
4h - *Jornal do Senado* - O resumo das atividades do Senado
4h30 - *Saúde/Unip* - Tiróide
5h - *As Cores do Brasil* - Fortes do Recife
5h30 - *Jornal do Senado* - O resumo das atividades do Senado
6h - *Saúde/Unip* - Tiróide
6h30 - *Cidadania* - Os deputados Johny Peralta, do Peru, e Juan Manoel Urubey, da Argentina, falam sobre a agenda dos jovens parlamentares
7h30 - *Entrevista* - A presidente do Parlatino, Beatriz

Paredes, fala sobre a integração latino-americana e o Parlatino
8h - *Jornal do Senado* - O resumo das atividades do Senado
8h30 - *Saúde/Unip* - Tiróide
9h - *As Cores do Brasil* - Fortes do Recife
9h30 - *Entrevista* - A chefe do Departamento de Combate à Pobreza do BID, Nora Lustig, fala sobre a pobreza na América Latina
10h - Sessão Plenária (ao vivo)
14h - Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
17h - Sessão Plenária - Eleição do novo presidente do Senado (ao vivo)
18h30 - Sessão Conjunta do Congresso Nacional (ao vivo)
20h30 - *Entrevista* - A presidente do Parlatino, Beatriz Paredes, fala sobre a integração latino-americana e o Parlatino
21h - *Jornal do Senado* - O resumo das atividades do Senado
21h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
Logo após - Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



Segundo Bernardo Cabral, Othon Sidou é um dos maiores juristas brasileiros

Cabral presta homenagem ao jurista Othon Sidou

Em comemoração ao 26º aniversário de fundação da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (ABLJ), o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) prestou ontem homenagem ao seu presidente, J. M. Othon Sidou, no cargo desde 1978. O senador disse que Othon Sidou é um dos maiores juristas nacionais e que se manteve à frente da entidade por sua competência.

Formado em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Ceará e doutor pela Faculdade de Direito do Recife, entre outras atividades, Othon Sidou foi professor titular dos cursos de pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil no período de 1975/1987, informou o senador.

De acordo com Bernardo Cabral, o jurista é autor de mais de 70 livros sobre Direito e Economia e de mais de 300 trabalhos esparsos, publicados em edições especializadas no Brasil, Itália, México, Portugal e Argentina. Dentre os seus livros, Cabral citou o *Dicionário Jurídico*, editado pela ABLJ, *A Vocaçãõ Publicista do Procedimento Romano*, *A Cláusula "Rebus sic Stantibus" do Direito Brasileiro*, todos eles obras de consulta obrigatória pelos advogados.

O senador acrescentou que a entidade presidida por Othon Sidou, a Academia Brasileira de Letras Jurídicas, é uma associação civil que integra a Conferência Ibero-Americana de Academias de Ciências Jurídicas e Sociais. A academia, frisou o senador, segue o traçado de suas congêneres inspiradas no modelo francês, em que as 50 cadeiras simbólicas são ocupadas perpetuamente, salvo renúncia, por professores e escritores juristas.

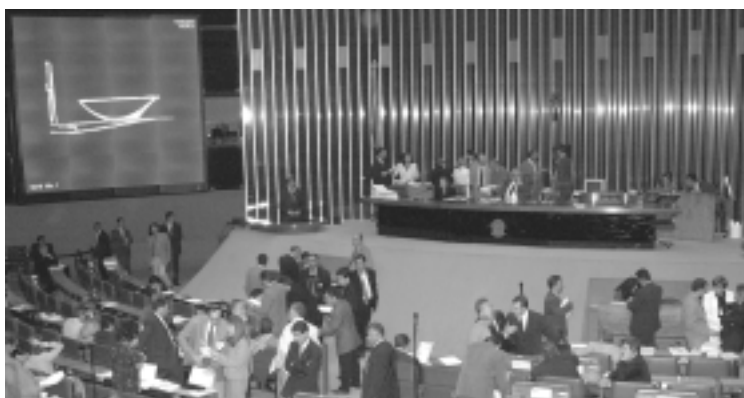
Comissão escolhe sub-relatores para o Orçamento do ano que vem

Informação é do senador Carlos Bezerra, presidente da comissão mista, que elogia trabalho do relator do Plano Plurianual de Investimentos, deputado Santos Filho

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), disse ser de "fundamental importância" a aprovação do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) na sessão de ontem do Congresso Nacional. Segundo ele, a comissão já escolhe hoje os sub-relatores para o Orçamento do ano que vem, motivo pelo qual seria importante já ter o PPA aprovado.

Até as 21h, porém, deputados e senadores ainda não haviam iniciado a votação do PPA. Durante o debate, Bezerra elogiou o trabalho do relator, deputado Santos Filho. Segundo o senador, trata-se de "um grande articulador político, com visão social muito boa".

Carlos Bezerra destacou que o relator tratou do PPA "de modo muito eficiente, praticamente com unanimidade". De acordo com o parlamentar por Mato Grosso, apenas a questão do Fundo de Universalização dos Serviços de



O Congresso Nacional realizou ontem à noite sessão para votar o Plano Plurianual de Investimentos

Telecomunicação (Fust) gerou divergências, em relação à execução do projeto pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Carlos Bezerra também parabenizou os membros da comissão, que segundo ele "conseguiram aprovar o melhor projeto possível para o Brasil".

O Fust possibilitará a compra de 290 mil computadores para serem utilizados em 13,5 mil escolas pú-

blicas. A oposição não concorda que esse equipamento seja adquirido pelas concessionárias de telecomunicações. Segundo o deputado Sérgio Miranda, a licitação favorecerá a Microsoft.

No entanto, o líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI), destacou as vantagens que o Fust traria para o processo educativo e de comunicações, ressaltando o grande valor de se utilizar a edu-

cação a distância com meios modernos de telecomunicações. Ele enalteceu a inclusão, no PPA, do ensino médico em hospitais universitários e o tratamento dado pelo relator à agropecuária.

O trabalho de Santos Filho também foi enaltecido por Bello Parga (PFL-MA). Ele destacou que o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário, retirado do PPA pelo governo, foi restabelecido pelo relator, e aplaudiu a manutenção do ensino da Medicina nos hospitais universitários.

Já o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) chamou atenção para quatro emendas inseridas pela bancada de Santa Catarina no Orçamento. São as que tratam do desenvolvimento integrado e sustentado da fronteira com o Mercosul, da construção de ponte sobre o rio Itajaiaçu, da duplicação de trecho da BR-470 e da recuperação e preservação do meio ambiente da bacia carbonífera do estado.

Aprovada maior segurança para os botijões de gás



Cândido: dez anos para requalificação de botijões

O Senado aprovou ontem projeto da Câmara que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) a colocarem plaquetas nos botijões, indicando a data de engarrafamento, a validade

do produto e a data da última revisão do recipiente.

O mesmo projeto dispõe que essa revisão abrangerá o estado geral dos botijões, especialmente as deformações de sua estrutura, corrosão e pintura. Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) louvou a fixação de normas que aumentem a confiabilidade e a segurança dos botijões.

Foi também aprovada emenda do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) ampliando de cinco para dez anos o prazo máximo para requalificação dos botijões. Conforme Cândido, esse é o prazo adotado na maioria dos países como medida de segurança.

Em razão dessa emenda, o projeto volta à deliberação dos deputados.

RÁDIOS COMUNITÁRIAS

O Plenário também aprovou decretos legislativos autorizando duas associações a operarem em radiodifusão comunitária: a Associação de Difusão Comunitária do Catolé, de Campina Grande (PB), e a Associação Comunitária de Radiodifusão e TV Jaboticatubas, de Jaboticatubas (MG). A Fundação Santa Luzia, de Carangola (MG), e a Fundação Cultural Educacional de Rádio, de Ceará-Mirim (RN), obtiveram outorga para operação em frequência modulada.

Por meio de dois outros decretos legislativos, o Plenário aprovou a renovação das permissões das emissoras ABC Rádio e Televisão, de Barbacena (MG), e Sociedade Rádio Lagoa FM, de Barra do Ribeiro (RS).

Na mesma sessão, transcorreu o primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destinada a fazer com que os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste se tornem permanentes.

Acordo internacional sobre o café vai à promulgação

O Senado aprovou ontem, devendo agora ser promulgada, a nova versão do Convênio Internacional do Café, que substituirá o texto cuja vigência expira neste mês. Os objetivos do convênio são promover a cooperação internacional em questões cafeeiras e proporcionar um foro para negociações intergovernamentais nes-

se assunto.

São objetivos também facilitar a expansão do comércio e ampliar o consumo de café, desenvolver uma economia cafeeira sustentável, propiciar assessoramento no preparo de projetos que beneficiem essa economia e fomentar a qualidade e a transferência de tecnologias para a produção.

Suplicy quer conhecer convênios da Embrapa

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento em que solicita da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) informações sobre todos os convênios e contratos de pesquisa firmados com empresas privadas e públicas desde 1997. O requerimento foi motivado pelas notícias de que a Embrapa teria assinado contrato com a empresa Monsanto, levando pesquisadores brasileiros a adaptarem a soja transgênica do grupo estrangeiro às condições ambientais do Brasil. Conforme as notícias, a pesquisa também permitiria que

as variedades de soja da Embrapa incorporassem tolerância a um herbicida da Monsanto.

O requerimento chega a pedir detalhes dos convênios, inclusive sobre quem será detentor de propriedade das descobertas advindas de cada contrato firmado com empresas. Eduardo Suplicy observa que as pesquisas da Embrapa nas últimas décadas mudaram a agricultura brasileira, principalmente por terem incorporado os cerrados ao sistema produtivo, hoje responsáveis por 40% de todos os grãos produzidos no país.

Alcântara: barreira socioeconômica é maior que racial

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou ontem que a alegada democracia racial brasileira “é um mito e uma farsa que servem apenas para mascarar o fato”, mas observou que não é possível concordar com aqueles que exageram o preconceito, “alçando-o a níveis irrealistas”. Na avaliação do senador, o preconceito existente na sociedade brasileira é mais de natureza socioeconômica do que racial, devido à miscigenação ocorrida no país, ao contrário do que acontece nos Estados Unidos, onde há uma enorme segregação racial.

Para exemplificar o que chamou de “firme barreira socioeconômica” entre brancos e negros, Alcântara citou números da pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrando que um branco brasileiro passa 6,4 anos na escola, enquanto o negro passa 4,4 anos. Possivelmente em consequência, um trabalhador branco ganha, em média, R\$ 573, enquanto um negro ganha R\$ 262, menos da metade. Porém a pesquisa mostrou que,



Lúcio Alcântara diz que discriminação “é uma chaga”

mesmo com idêntica escolaridade, os negros ganham 30% menos do que os brancos, em razão de discriminação no mercado de trabalho.

O senador lembrou que a recente Conferência das Nações Unidas em Durban, na África do Sul, identificou causas e formas das manifestações contemporâneas do racismo e debate medidas de prevenção e educação. Especialmente, foram identificadas estratégias para se chegar a uma igualdade efetiva e completa entre as pessoas, incluindo cooperação internacional e medidas a serem implementadas pela ONU.

Alcântara manifestou esperança de que a crença na igualdade entre todos os seres humanos — um valor supremo de civilização que tantos brasileiros compartilham — venha a trabalhar ativamente para que a Conferência contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância resulte em ações concretas para minorar e, posteriormente, excluir “essa chaga persistente da história humana que é a discriminação racial”.

Retaliação ao terrorismo gera debate em Plenário

Vários senadores discutem requerimento para que o governo brasileiro se manifeste contra uma reação militar aos atentados

Um requerimento para que o governo brasileiro manifeste às “nações amigas” posição contrária à prática de atos de retaliação aos atentados terroristas perpetrados nos Estados Unidos será votado primeiramente pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Após muita discussão em Plenário, o presidente interino da Casa, senador Edison Lobão, decidiu-se pelo exame prévio da CRE, conforme solicitado pelos líderes do PFL, Hugo Napoleão (PI), e do PMDB (em exercício), Nabor Júnior (AC).

Encabeçado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), o requerimento considera que atos de retaliação serão prejudiciais à paz mundial e ao destino da humanidade. Em sua defesa, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu um manifesto apresentado no domingo em ato que reuniu centenas de pessoas no Rio de Janeiro. Suplicy afirmou que, para debelar o terrorismo internacional, é preciso “inteligência, preparo e tecnologia, jamais violência”.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) criticou a política externa brasileira, em especial em relação aos países sul-americanos, para se posicionar contra o requerimento. Se-



Heloísa Helena é a primeira signatária do requerimento



gundo ele, o Brasil sacrificou seu mercado interno e desempregou brasileiros para comprar produtos argentinos. Acrescentou que no Paraguai o roubo é institucionalizado, pois é a polícia paraguaia que legaliza carros brasileiros roubados.

— O Brasil é um país frouxo, covarde na defesa dos brasileiros. Não podemos deixar que nossa covardia se estenda aos demais países. Os cidadãos americanos que cobrem do governo americano e os cidadãos brasileiros que cobrem de seu governo uma atitude mais máscula, menos frouxa — disse Camata.

A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou que o governo do país que estiver por trás de atos terroristas não pode ser confundido com seu povo. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) considerou que o requerimento “traduz a disposição” de todos os senadores. Tião Viana (PT-AC) disse não entender que alguém pudesse se opor ao requerimento e lembrou que seu partido sempre defendeu encaminhamento pacífico para todas as questões.

EQUILÍBRIO

Já Sebastião Rocha (PDT-AP) se disse pessimista, por considerar que “a nação americana não abdicará,

lamentavelmente, de dar uma resposta ao mundo”. Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou não ver precipitação nem desejo de aniquilar inocentes, pois as nações têm discutido o assunto “com muito equilíbrio”.

— Mas se o Afeganistão protege um terrorista que já praticou mais de dez atos, como devem reagir outros países? Ele tem de pagar pelo que fez — afirmou Ademir.

Para o senador Paulo Hartung (PPS-ES), o que está em jogo é um aprendizado de como combater o terrorismo, o que não se faz dizimando populações inocentes. Lindberg Cury (PFL-DF) considerou o requerimento “bastante oportuno”, pois o terrorismo deve ser combatido, mas não às custas da paz mundial. Já Maguito Vilela (PMDB-GO) disse que o requerimento é “extremamente equilibrado”.

Suplicy protestou contra a decisão de enviar a proposição à CRE, porque requerimento de solidariedade e pesar ao povo americano foi apresentado e aprovado pelo Plenário. Ele pediu que os líderes fossem ouvidos; os do PMDB e do PFL defenderam o envio à comissão. Nabor Júnior justificou que a matéria alterava a política externa do país, mas foi contestado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), para quem o requerimento reitera a política externa brasileira em episódios semelhantes.

Valadares alerta que conflito pode se alastrar

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) manifestou ontem preocupação com os desdobramentos da resposta norte-americana aos ataques terroristas em Washington e Nova York. “Esses terroristas devem ser coibidos com uso da polícia e de órgãos de segurança e não com ataques indiscriminados que podem matar pessoas inocentes”, afirmou.

Valadares observou que o ataque não foi realizado por nações, mas planejado e executado por terroristas “que não têm compromisso com a democracia e com a humanidade; que acham que de-

terminadas pessoas não têm o direito de viver”. Ele alertou para a possibilidade de o conflito alastrar-se para países que dispõem de armas nucleares, afirmando que “os efeitos serão imprevisíveis”.

Valadares apontou também o perigo de a Arábia e outros países aliarem-se a grupos extremistas conforme for a retaliação dos Estados Unidos. Ele lembrou que os EUA são o maior sócio do Fundo Monetário Internacional



Valadares teme que pessoas inocentes sejam mortas

(FMI) e que o processo de “mandonismo” econômico dirigido por eles tem implicado em divergências e até ódios.

— Se não houver um projeto de solidariedade entre os aliados, as consequências serão imprevisíveis. Esperamos que os americanos, que detêm a liderança mundial na área bélica, possam encaminhar a paz e não o aumento do terrorismo e da violência — concluiu.

Suplicy sugere ação conjunta para renda mínima

Ao registrar que o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Saúde, José Serra, lançaram segunda-feira, no município de São José da Tapera (AL), o Programa Bolsa-Alimentação, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que os governos federal, estaduais e municipais atuem de forma conjunta visando racionalizar os vários tipos de programa de garantia de renda mínima existentes no país.

Suplicy lembrou que o Bolsa-Alimentação possui semelhanças com o programa Bolsa-Escola do Ministério da Educação, que, por sua vez, tem relação com os programas Complementando a Renda e Alimenta São Paulo, ambos mantidos pelo governo paulista. Ele também citou outros municípios que mantêm projetos semelhantes de garantia de renda mínima, como Campinas, Ribeirão Preto, Catanduva, Presidente Prudente, São José dos Campos, Jundiaí e Piracicaba, todos em São Paulo, além de Belém (PA) e Belo Horizonte (MG).

— Seria próprio que o governo da União e os governos estaduais e municipais viessem a coordenar esforços de maneira a ter uma iniciativa conjunta, porque de outra maneira nós teremos, em cada estado e nos diversos municípios, três, quatro ou cinco programas com objetivos semelhantes, mas com desenhos diferentes — afirmou Suplicy.

Na opinião do senador, os programas de renda mínima implantados em todo o país devem ser vistos como passos significativos na concretização de um projeto que garanta uma renda básica incondicional para cada cidadão brasileiro, independente de raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica. “Com esse mecanismo, estaremos dando um passo significativo para garantir aos seres humanos maior liberdade e dignidade”, comentou.



Eduardo Suplicy propõe racionalização dos vários programas

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Jader Barbalho, Edison Lobão e Antonio Carlos Valadares